

A finança mundializada e a consolidação da hegemonia burguesa na fase atual do capitalismo

World finance and the consolidation of bourgeois hegemony in current capitalism

Marcelo Paula de Melo*

Resumo: Este texto aborda aspectos centrais na consolidação da dominação burguesa no início do século XXI. O processo de financeirização da reprodução ampliada do capital fez com que as diversas frações burguesas passem a operar também no campo das finanças. Isso tem representado uma conjuntura de intensificação da exploração do trabalho pela necessidade de valorizar um capital que não passa pela esfera produtiva, gerando um processo fantasmagórico que na aparência indica um capital que valoriza por si próprio sob a forma de capital portador de juros, mas que na verdade se assenta pela intensificação da exploração.

Palavras-chave: Capital financeiro. Finança. Fração financeira da burguesia.

Abstract : This article addresses key issues in the consolidation of bourgeois domination in the beginning of the 21st century. The process of financialization of expanded reproduction capital caused the various bourgeois divisions to operate in the financial sector. This has represented an intensification of labor exploitation by the need to value capital that is not related to the productive sector, therefore, creating a process which indicates a form of capital that generates interest on its own, but which is in fact based on exploitation.

Keywords: Financial capital. Finance. Financial division of bourgeois society.

Recebido em: 02/10/2008. Aceito em: 10/04/2009

* UNIABEU/ Ise-FAETEC-RJ. Doutorando em Serviço Social (UFRJ), Pesquisador Coletivo de Estudos de Política Educacional (EPSJV-Fio CRUZ). Contato: marcelaomelo@gmail.com

Introdução

Não seria exagero afirmar que o início do século XXI pode ser tomado como o momento histórico em que a dominação burguesa talvez se mostre mais consolidada na história da sociedade capitalista. Tal afirmação implica considerar as formas que as diferentes frações burguesas conseguem fazer valer suas demandas, assim como os mecanismos e barreiras que têm sido utilizados no processo de intensificação da exploração da classe trabalhadora e de sua subsumção real ao domínio do capital. A culminação do já conhecido argumento acerca do fim da história é retomada com frequência pelos apologistas e ideólogos do capital¹.

Tanto Boito Junior (2007) como François Chesnais (2005) trazem questões teórico-metodológicas que subsidiarão alguns debates ao longo desse texto. O primeiro chama nossa atenção para o conceito de bloco no poder na análise das relações entre e intraclasses sociais. Segundo Boito Junior:

O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, exige que o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder (2007, p. 58-9).

Já François Chesnais (2005, p. 19) traz uma importante discussão que nos permitirá compreender a lógica da luta de classes no

capitalismo contemporâneo. Segundo esse autor:

a compreensão da mundialização exigia, assim, que se integrassem na análise dos mecanismos de dominação todas as relações das ações dos capitais em geral, mas também dos capitais particulares nacionais ou setoriais (por exemplo, setor financeiro ou agroquímico, as formas institucionais e as regras jurídicas ou parajurídicas que lhes parecem mais adequadas.

Aqui Chesnais (2005) nos apresenta elementos que remetem à configuração da classe burguesa e aos mecanismos contemporâneos de exploração. Para além da dimensão unicamente fabril ou no campo da produção, o setor financeiro atua como drenador indireto de mais valia realizada no mundo da produção. É importante ter em conta que “o movimento de acumulação não contém em si mesmo, de forma autônoma ou endógena, o conjunto de elementos que desenhem concretamente sua capacidade efetiva do capital de assegurar sua reprodução” (p. 20). É imperioso ao capital uma série de ordenamentos jurídicos e políticos que lhe permita assegurar as condições para a sua valorização. Isso foi sendo feito a partir dos anos 1970, sobretudo com as ações de liberalização, desregulamentação e privatizações de empresas públicas. Como explicita Chesnais (2005, p.20), “é na condição de capital concentrado, em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam”.

Diante disso, o objetivo central deste texto será a discussão acerca das principais mudanças por que o passou o projeto societário capitalista a partir dos últimos 30 anos, dando maior atenção ao papel das finanças na atual fase do capitalismo, bem como à sua vinculação direta com a extração de mais valia. Também será abordada a vinculação da finança na acumulação de capital hoje, como estratégia central do imperialismo mundial.

¹ A conhecida tese do fim da história como sinônimo de eternização das relações sociais capitalistas e, ao mesmo tempo, como dupla apologia tanto do fim das lutas políticas como da impossibilidade de uma sociedade não capitalista - que teria sido provada pelo fim da URSS - advém do livro homônimo de Francis Fukuyama. O referido livro foi amplamente divulgado pelo Departamento de Estado estadunidense.

Regime de acumulação financeirizado e o aprofundamento da dominação burguesa

Na nova fase do capitalismo mundial, os processos de financeirização ganham destaque. A busca por valorização financeira do capital, com uma relativa autonomia da produção de mercadorias, apresenta-se como central. Contudo, é central nesse debate não estabelecer nenhuma fronteira rígida entre finança e produção. A exploração se dará no âmbito da produção concreta de mercadorias e na lógica do setor de serviços com extração de sobretrabalho. O que se observa é uma transferência e valorização do valor mediante apropriação de vultosos recursos via mercado financeiro.

Não são incomuns análises da atual fase do capitalismo - conhecida como neoliberalismo - que se restringem a apontar as drásticas mudanças no âmbito das formas de acumulação. Tal opção silencia um aspecto central formulado por Marx, de que o capital é uma relação social entre seres humanos e não uma relação entre coisas, o que aprofunda o processo de fetichização dessas mesmas relações sociais.

O reconhecimento das mudanças na dinâmica de acumulação capitalista e aprofundamento da lógica de financeirização devem ser considerados no bojo das transformações internas por que passa o conjunto da sociedade capitalista. Nesse sentido, estamos nos referindo ao aprofundamento constante dos processos de acumulação flexível e reestruturação produtiva, conjugado com uma intensificação da subsunção cada vez maior do trabalho ao conjunto do capital. Isso se aplica tanto na análise de um grupo específico de trabalhador numa determinada relação com uma fração da burguesia, como no embate constante dos conjuntos das classes. A separação entre o aspecto econômico e o aspecto político tem um fim unicamente didático e jamais orgânico, mesmo porque são dimensões que se interpenetram, de tal monta que em dado momento sequer é possível ou desejável separar o que seria estritamente político do que é econômico. Trilhar esse caminho implicaria um grande afastamento do método da economia política marxiana.

Nesse aspecto, a compreensão das for-

mas em que as frações dominantes da burguesia fazem valer sua dominação sob o conjunto da classe trabalhadora, além de uma posição destacada no seio do bloco burguês, é necessária. Aqui Filgueiras nos chama atenção para o fato de que “externamente, esses distintos lugares e funções de cada um dos conjuntos de capitais os colocam, potencialmente, em conflito entre si, apesar da condição geral de serem todos capitais e, por isso, possuírem o mesmo interesse na exploração do trabalho e a mesma lógica de caráter mais geral” (2006, p. 180).

A tarefa de compreender a composição da classe dominante e sua subdivisão em frações não é uma tarefa menor. Isso possibilita uma leitura mais clara da realidade. Na atual conjuntura somos levados a concordar com Filgueiras, que afirma:

Faz parte da fração hegemônica, do bloco dominante: o capital financeiro internacional - expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional) (2006, p.183-184).

Segundo Chesnais (2005, p. 57), o objetivo do neoliberalismo era “recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação”. Assim sendo, o seu objetivo foi inequivocamente alcançado, visto ter ocorrido um grande salto na concentração de riqueza no mundo como um todo².

² Isso pode ser constatado na reportagem exposta no Jornal O GLOBO de 25 de junho de 2008 (p.23) sobre o crescimento de milionários no mundo e no Brasil. É considerado milionário pelo banco americano Merrill Lynch, responsável pela divulgação e elaboração do estudo, quem possui pelo menos US\$ 1 milhão sem contar a própria residência. No ano de 2007 houve um crescimento mundial de 6% no número de milionários, sendo que o Brasil foi o terceiro colocado, com um crescimento de 19,1%, só perdendo para Índia e China, que tiveram um crescimento no número de milionário de, respectivamente, 22,7% e 20,3%. Em quarto lugar ficou a Rússia, com 14,4%. Não é preciso ressaltar como esse

A missão principal desse projeto histórico da burguesia e suas frações foram cumpridas. O reordenamento das relações de forças entre capital e trabalho, com o conseqüente enfraquecimento político deste último, bem como a retomada das taxas de lucro dos tempos gloriosos do capitalismo indicam que, do ponto de vista burguês, o neoliberalismo foi vitorioso. Tanto que Dumenil e Levy (2005) afirmam que o neoliberalismo nasceu da luta de classes promovida pela fração financeira tanto internamente à burguesia, como no embate com o conjunto da classe trabalhadora.

É preciso ter claro que a fração financeira da burguesia ficou em posição de relativa minoridade em face de outras frações burguesas durante os chamados anos de ouro do capitalismo, após a segunda guerra mundial até os anos 1970. Essa minoridade pode ser expressa na baixíssima remuneração que as taxas de juros proporcionavam, além das políticas mais rígidas de controle de capitais, diminuindo as possibilidades especulativas. É nesse bojo que devem ser entendidas as posições tomadas por essa fração na busca por recuperar sua posição de destaque na condução da classe burguesa.

Chesnais (2005, p. 37) apresenta uma definição de acumulação financeira, ao considerá-la como a “centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros - divisas, obrigações e ações, mantendo-os fora da produção de bens e serviços”. Como aponta o autor, tal processo tem um recomeço nos EUA a partir dos anos 1950 e na Europa nos anos 1960, após duas décadas de intensos controles dos Estados devido à grave crise de 1929 e a segunda guerra mundial.

O ponto central é que se trata de parte da mais valia extraída que não é reinvestida na produção, mas deslocada para uma valorização sem entrar na esfera da produção real, ficando no plano das finanças, ainda que essa valorização demande a transferência posterior de recursos concretos, sobretudo advindos do fundo público - novamente resultados de impostos. Então o pri-

meiro recurso investido na compra de títulos já decorre de extração de mais valia anterior, assim como a valorização posterior via setor financeiro também se assenta, visto ser daí a origem dos recursos públicos ou mesmo de companhias privadas que emitam seus títulos. Com muita clareza, Chesnais afirma que tal processo deve ser tomado como um “subproduto da acumulação industrial do período da ‘idade de ouro’”. Encorajadas pelas disposições fiscais favoráveis, as famílias com rendas mais elevadas começaram a investir suas rendas excedentes líquidas em títulos de seguro de vida. Disso deriva que, ainda hoje, são as companhias de seguros que centralizam os ativos financeiros mais elevados” (2005, p. 37).

No fim dos anos 1950 (antes, portanto, da crise do petróleo do início dos anos 1970), com a criação de praça financeira desregulamentada em Londres - CITY Londrina -, o capital portador de juros dá seus primeiros passos. Assim, uma parcela cada vez maior dos lucros das empresas passa a não ser reinvestida na produção, buscando valorizar-se na esfera financeira, como capital de empréstimos. Tal processo é fortemente acelerado a partir dos anos 1970, com o esgotamento da idade de ouro.

Com o aumento do petróleo, esse capital não reinvestido começa a procurar outros portos de valorização. De acordo com Chesnais (2005, p. 39):

Essa reciclagem tomou a forma de empréstimos e de abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais aos governos do terceiro mundo, sobretudo da América Latina. As bases da dívida do terceiro mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir ao longo do tempo.

É, sobretudo, pela elevação das taxas de juros que se dá essa reprodução da transferência de recursos. A respeito disso, afirma o referido autor:

Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, da receita das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer

dado aprofunda a já larga desigualdade social.

face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo. (Ibidem)

As medidas tomadas pelos governos Thatcher e Reagan no período de 1979-81 – como a liberalização e desregulamentação financeira e comercial – propiciaram o nascimento do sistema de finança mundializada da forma como se apresenta hoje. Tais medidas aboliram o controle dos movimentos de capitais com outros países (saída e entrada), abrindo assim os sistemas financeiros nacionais para o exterior. A integração internacional dos mercados financeiros nacionais foi facilitada por sua interconexão em tempo real via novas tecnologias de comunicação.

A fração financeira se vale do contexto de crise de acumulação de capital com forte queda nas taxas de lucro do conjunto do capital, para buscar uma nova dinâmica de funcionamento e regulação do sistema capitalista, permitindo recuperar a correlação de forças favorável ao conjunto da classe burguesa e, ao mesmo tempo, assegurar o papel hegemônico para si. O contexto dos anos 1970 – com a chamada crise do petróleo, a ruptura unilateral do sistema de Bretton Woods pelos EUA, a derrota na guerra do Vietnã – somado às dificuldades econômicas propriamente ditas (como a forte desaceleração do crescimento, depois de mais de duas décadas de crescimento ininterrupto; o aumento da instabilidade macroeconômica; o crescimento do desemprego e da inflação), produziu uma conjuntura política favorável à retomada pela fração financeira de um papel mais ativo.

O papel dos EUA nesse processo é central. Tanto pelo tamanho do seu mercado financeiro, como também pelo papel de nação imperialista hegemônica, tal país acaba por ser o centro receptor de um grande volume de recursos. O aumento da taxa de juros promovido no governo Reagan, em 1979, faz dos EUA um atrativo para um grande volume de capitais, capaz então de financiar seus crescentes déficits orçamentários, os quais eram causados, sobretudo, pelos seus exorbitantes gastos militares. Com isso:

[...] todo país que não pretenda denunciar essas práticas, nem colocar sob acusação a política dos EUA, mas que também queira colocar seus bônus do Tesouro, é obrigado a

se alinhar às práticas americanas. [...] Todo Estado que não esteja disposto a abrir um confronto direto com os ninhos de capital monetário concentrado de seu país (bancos, grandes companhias de seguros) é obrigado a acompanhar, ou até mesmo a antecipar-se aos demais (CHESNAIS, 1996, p. 260).

O chamado Consenso Washington refere-se a uma série de medidas e proposições políticas e econômicas a serem tomadas por diversos países em que se tornaram comuns nos anos 1980 e 1990, ainda que seus partidários não as tratem assim. Tais medidas buscaram dar organicidade à nova fase de acumulação e ordenamento da sociedade capitalista, que era anunciada como indispensável para re-equilibrar as relações de força a favor do conjunto da classe burguesa. Seus proponentes principais foram, além dos governos dos países centrais, os organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A forma de organizar a vida social própria dos tempos de Welfare State, nos países centrais, e nacional desenvolvimentista, na periferia do sistema capitalista, era a razão para a crise em que se encontrava a economia capitalista depois de três décadas de crescimento no pós-guerra. A combinação da inflação com a estagnação que caracterizou, sobretudo, a segunda metade dos anos 1970, demandava ser enfrentada.

Esse conjunto de proposições recebe o nome de Consenso de Washington, devido à famosa reunião realizada na capital estadunidense nos fins dos anos 1980, ainda que o “pai” desse nome o rejeitasse, não gostasse de utilizá-lo. A razão para essa rejeição se deve ao caráter de imposição de uma agenda que John Williamson, criador de tal nome, deveria indicar. Segundo ele, não se tratou de uma imposição dos países centrais e organismos internacionais, mas sim de uma convergência universal em torno das medidas que se acreditava serem necessárias para a retomada do crescimento econômico. Williamson (2003) sugere, então, que se dê a essas proposições o nome Convergência Universal, uma vez que o “bom senso econômico é geralmente aceito”. Para fundamentar essa afirmação, ele aponta que tanto a disciplina macroeconômica como a estabilidade fiscal vieram para ficar

(2003, p.1330)³.

O autor apresenta suas proposições como sendo meras medidas técnicas que levariam ao crescimento econômico dos países que a adotassem. O ponto central das proposições é ser uma espécie de manifesto político adquirido por suas obras, sendo fruto de intensa propaganda política por partes de governos, intelectuais, organismos internacionais.

Os dez itens da lista de proposições são os seguintes: 1) disciplina fiscal, taxas de juros para combater a inflação; 2) prioridade no gasto público ou redirecionamento (eufemismo para controle do gasto e dinheiro para finança); 3) liberação do mercado financeiro; 4) taxa competitiva de câmbio; 5) liberação comercial; 6) liberação da entrada de investimento externo direto; 7) privatização das empresas estatais; 8) desregulamentação; 9) Reforma tributária; 10) direitos de propriedade assegurados.

É central a consideração de que tais medidas, longe de ser apenas questões técnicas ou meramente econômicas, trazem implicações na forma de organizar a vida social no âmbito da sociedade capitalista.

O poderoso crescimento da finança pode ser apresentado em três dimensões principais, segundo Chesnais (2005, p. 45), sendo a primeira delas referente ao “movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção, mas, sobretudo em face da capacidade de intervenção das autoridades monetárias”.

Quanto às outras dimensões, esclarece o autor:

A segunda relaciona-se ao caráter fetiche, perfeitamente mistificador, dos ‘valores’ criados pelos mercados financeiros. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os contornos da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos, pertencentes a quais países, em que tipos de transações, participarão. (Ibidem)

³ Nesse ponto, o desejo do ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci de manter o superávit primário por dez anos é um indício de que a referida convergência permanece, ainda que as consequências para o conjunto da população sejam também largamente conhecidas.

Chesnais (2005) considera que três passos são fundamentais para promover o sistema da finança mundializada:

- 1) desregulamentação ou liberalização financeira e comercial;
- 2) descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e internacionais;
- 3) desintermediação, a saber, à abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional.

A lógica de valorização do capital financeiro clamava pela liberdade de movimento que as regulações estatais anteriores não permitiam. Como aponta Paulani (2007, p. 75),

volátil por natureza, logicamente desconectado da produção efetiva de riqueza material da sociedade, ‘curto-prazista’ e rentista, o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação em busca de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos.

Ainda que o ritmo e a forma tivessem diferenças, de um modo geral as mudanças pelas quais passou esse novo regime de acumulação obedeceram aos princípios e fundamentos apresentados por Paulani. Segundo a autora (2007, p. 77):

As regras, normas e regulamentações de toda ordem que o Estado impunha ao funcionamento do mercado tinham de ser abolidas ou reduzidas o mais possível, para que a concorrência gerasse seus frutos em termos de maior eficiência e recuperação dos lucros. Era preciso restringir o Estado às suas funções mínimas, a saber, diligenciar pela manutenção das regras que permitem o jogo capitalista e produzir os bens públicos por excelência, ou seja, justiça e segurança. Finalmente, a crise que comprimia as margens de lucros tinha de ser amenizada com redução de gastos com pessoal e flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última tornavam-se agora um custo insuportável e inadmissível.

A liberalização financeira veio acompanhada da liberalização comercial. Assim, não apenas a fração financeira obteve vantagens. Também a fração industrial obteve ganhos com essa volatilidade espaço-temporal do capital.

Leda Paulani (2007) traz uma informação levantada pela UNTACD, agência do Sistema ONU diretamente envolvida com as trocas comerciais e econômicas: entre 1991 e 1994, das 373 mudanças legislativas nos vários países em que a agência monitora, no que tange aos regimes nacionais para investimento estrangeiro, somente cinco delas não tinham por objetivo promover uma maior liberalização e desregulamentação financeira e comercial. Isso não deixa dúvida acerca da nova correlação de forças amplamente favorável ao conjunto da burguesia e mais especificamente da fração financeira nesse interior, liderando essa burguesia como fração hegemônica.

Os chamados investimentos estrangeiros diretos respondem a uma dupla necessidade do capital de valorizar-se: primeiro, em decorrência das crescentes dificuldades encontradas num âmbito do centro do sistema capitalista, em função da organização dos trabalhadores; e, depois, em decorrência também dos anseios de uma esfera financeira ávida por valorizar e expandir os lucros obtidos nesses anos de ouro. A canalização dos fluxos financeiros era premente. Como afirma Paulani (2007, p. 88),

em outras palavras, enquanto a vinda do capital produtivo para periferia dava uma sobrevida ao processo de acumulação estritamente produtivo - que perdera fôlego após o esgotamento das possibilidades abertas pela reconstrução do pós-guerra -, já se preparavam as condições para a dominância financeira que advinha.

Aos países da periferia do sistema foi imposta uma série de condições e imposições para que se ajustassem às novas configurações internacionais. Como mostra Wood (2004a, 160), fazem parte dessas condições a ênfase na produção para exportação, para tentar equilibrar a balança de pagamento mediante saída vultosa de riqueza dos países, e a eliminação de controle das importações, o qual havia tornado os produtores dependentes do mercado para sua

própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que os expôs à competição (especialmente no caso da produção agrícola) de produtos ocidentais altamente subsidiados.

Nesse contexto observa-se um crescimento do volume de transações financeiras, em grande parte superando as transações mercantis clássicas⁴. Isso foi possível graças tanto às inovações financeiras liberadas com o fim das regulamentações e controles nacionais anteriormente vigentes, quanto os efeitos de uma maior abertura internacional. O resultado é um crescimento muito maior dos ativos financeiros do que a formação de capital fixo.

Intensificação da exploração: tempos de cólera para a classe trabalhadora

A suposta exterioridade das finanças em relação à produção é acentuada com a definição dos proprietários acionistas, capazes de se desfazer das ações cujos rendimentos não estejam à altura das expectativas. Assim, tais apropriadores de mais valia em geral não participam diretamente do processo de extração de sobretrabalho, tendo pouca ou nenhuma relação com a atividade produtiva propriamente dita. Para tal participação é preciso intensificar a exploração e rebaixamento da força de trabalho em processos combinados de mais valia absoluta e relativa. É nesse bojo que a conjuntura adversa ao conjunto da classe trabalhadora, a partir dos anos 1980, pode ser compreendida. Isso se expressa não apenas no aumento mundial dos índices de desemprego - aumentando o exercito de reserva à disposição do capital -, mas também na precarização do trabalho. Como mostra Chesnais (2005, p. 55), “o rigor salarial e flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional permitiram esse movimento”. A liberalização comercial abriu novas possibilidades de mobilidade ao capital, com a organização da

deslocalização da produção e a criação de vastos sistemas de subcontratação inter-

⁴ Para obter dados concretos da magnitude do crescimento das operações financeiras, ver Chesnais (1996).

nacionais (global production networks) que permitem explorar o trabalho de uma mão de obra qualificada (às vezes muito qualificada) nos países de salários baixos ou muito baixo para produção de bens e serviços que serão vendidos nos países avançados. A exploração das diferenças de valor e de preços entre países não ocorre nas matérias primas, mas no preço da compra da força de trabalho e nas taxas de rendimento permitidas pela ausência de regulamentação do trabalho, do direito de se sindicalizar e de proteção social. As filiais no exterior e as redes de subcontratação sustentam os lucros e os valores acionários (Ibidem).

Contudo, é importante não conceber relação finança x produção como algo exterior ou mesmo como dimensões antitéticas da acumulação capitalista. Sem dúvida, é na esfera da produção que se dá a criação da riqueza, ou seja, a extração da mais valia que depende da criação do valor, e isso só é possível a partir da intensa atividade laborativa do homem sobre a natureza, entendida em sentido amplo. Ainda que seja a fração financeira a fração dominante, ela não pode prescindir da geração e exploração de mais valia, fonte geradora de valor na sociedade capitalista.⁵

Mesmo aqueles setores burgueses que estão apenas indiretamente ligados ao capital financeiro, seja via um banco ou braço financeiro do próprio grupo empresarial, também se valem desse processo de especulação e financiamento da dívida pública via compra de títulos, obtendo ganhos com os juros elevados. Segundo Leda Paulani (2007, p.74),

ao contrário do que possa parecer à primeira vista, o “conflito” entre capital produtivo e ca-

pital financeiro só aparece com vigor no plano agregado, onde fica evidente a irracionalidade de assentar o crescimento econômico na extração de renda real, mais do que em sua geração. No plano dos capitais internacionais, (...) combinar ganhos rentistas com ganhos produtivos é próprio da lógica de seu funcionamento. (...) Logo, se o momento é de juro real elevado patrocinado pelos estados nacionais da periferia do capitalismo, ajusta-se o funcionamento da produção a essa circunstância, de modo a maximizar monetariamente a combinação entre ganho produtivo e ganho financeiro.

Na nova dinâmica de funcionamento do capitalismo, a união entre capital financeiro e industrial ganha novos contornos. Como afirma Fontes (2008, p. 4):

não se trata de mera subordinação ou de lutas intestinas entre duas formas de capital (industrial e bancário). Nessa escala de concentração, os proprietários de capital sob forma monetária precisam impor sua valorização através de uma produção de mais-valor intensa e acelerada, associando as mais diversas modalidades de sujeição dos trabalhadores, de maneira a liberar o capital de suas peias (o momento “M” do processo D-M-D’) e reconvertê-lo o mais rapidamente à sua forma monetária, (enquanto lamentam o impossível mundo do puro D-D’). Tendem a converter o máximo de atividades em capital funcionante, atuando diretamente na extração de mais-valia, qualquer que seja o seu porte e suas dimensões. O capital é produtivo na medida em que assegura *mais-valia*, quer seja nos setores chamados de industriais, agrários ou de serviços, em enormes corporações ou em empresas subcontratadas.

A financeirização da acumulação capitalista também incide diretamente sobre o funcionamento da empresas. Tais mecanismos levam as empresas a investirem cada vez mais seus lucros em atividades na esfera financeira, diminuindo o aporte reinvestido na produção e expansão⁶.

⁵ “A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram - e continuam nascendo - no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcelas dos lucros cedidas ao capital de empréstimos, sob a forma de juros), salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objetos de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos créditos ao consumidor; por fim, depois de quarenta anos de trabalho, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca da rentabilidade máxima. (...) A esfera financeira em si não cria nada” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

⁶ Isso pode ser notado num caso concreto que ganhou as manchetes no Brasil no final de 2008. Durante os anos em que o Real esteve muito valorizado frente ao Dólar, muitas empresas fizeram investimentos financeiros apostando num cenário de manutenção desse quadro. Podemos apontar, entre elas, a SADIA e a ARA-

Há expansão do capital sem passar pela esfera produtiva. Além disso, as próprias empresas que vendem títulos e ações próprias na bolsa passam a sofrer grande pressão para conferir retorno aos novos acionistas, cujos objetivos são sempre obter ganhos em curto prazo com investimentos financeiros. Caso isso não ocorra – isto é, as previsões de lucros não se realizem – estão abertas as portas para os já conhecidos problemas de contabilidade e balanço que atingiram tantas grandes empresas. Ou seja, a descoberta de rombos contábeis em empresas que se apresentavam publicamente como financeiramente saudáveis.

Realça-se a necessidade de distinção entre a lógica financeira das formas institucionais assumidas pelo capital financeiro. Por isso, Filgueiras (2006, p. 184) defende a idéia de que, a despeito de

todos os grupos econômicos e as frações do capital estarem, hoje, financeirizados – no sentido de estarem subordinados à lógica financeira e aplicarem seus excedentes no mercado financeiro, em particular nos títulos da dívida pública –, **apenas aqueles que se articulam organicamente com a esfera financeira, através do controle e propriedade de uma ou mais instituições financeiras, são os sujeitos fundamentais dessa lógica** que subordina inclusive o Estado, a política econômica e social e a ação política em geral” (grifo nosso).

Nesse sentido, Chesnais (1996, p. 269) é preciso, quando aponta a formação de uma quase novlíngua mundial - para usar um termo do escritor George Orwell no conhecido romance “1984” - amplamente favorável à finança mundializada. São recorrentes e comuns expressões que tentam indicar um sentido quase humano ao chamado mercado geral na referência às frações burguesas que operam nas finanças: *O mercado sinaliza aos governos; Os mercados acordaram nervosos; Os ânimos dos mercados*

CRUZ CELULOSE. A partir de agosto de 2008, com a relativa desvalorização da moeda brasileira (em julho de 2008 chegou a atingir a cotação de R\$ 1,59 para US\$ 1, ao passo que atualmente oscila em torno de R\$2,35), essas empresas que haviam investido considerada parte dos ativos advindos de seu lucro e da extração de mais valia tiveram graves perdas. Mas fique claro: as perdas só vieram depois de meses de ganhos intensos.

estavam agitados.

Também como expressão desse movimento há uma pluralização das instituições financeiras. Os bancos, outrora expressões por excelência do setor financeiro, começam a perder espaço para instituições de novo tipo, como os chamados fundos de investimentos, fundos de pensão, fundos mútuos, que suplantam até os maiores bancos. Estes também começam a diversificar suas atividades, tanto para não perder espaço - assim como um promissor campo de negócios rentáveis -, como também para não ficar numa situação de minoridade dentro da fração financeira.

Os atores-chave da finança mundializada são principalmente as instituições financeiras não bancárias, também chamadas de investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos e sociedades seguradoras, assim como empresas financeiras especializadas que gravitam em torno delas. Segundo Chesnais (2005), a centralização das rendas não reinvestidas na produção e não consumidas (alinhadas em bloco sob etiqueta muito enganosa de ‘poupança’) permitiu que essas instituições se tornassem proprietárias acionistas de um novo tipo de empresa e detivessem ao mesmo tempo elevados volumes de títulos da dívida pública, de forma que os governos se tornaram seus devedores. Esses proprietários, possuindo tais títulos e obrigações, influem diretamente na divisão de recursos públicos, em duas dimensões essenciais:

a da distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a da repartição entre a parte atribuída ao investimento e a parte distribuída como dividendos e juros. Como as duas determinações da repartição afetam o nível de investimento e comandam o emprego e o crescimento, é difícil imaginar um poder mais forte da finança. (CHESNAIS, 2005, p.27)

Dentre esses novos atores do regime de finança mundializada, os fundos de pensão ocupam um papel central, via transformação desses mesmos fundos em acionistas de grandes empresas na busca por valorização dos recursos arrecadados. Os vários países que adotam os mecanismos de capitalização têm como tarefa

garantir a rentabilidade e valorização desses recursos para que os trabalhadores vinculados aos fundos de pensão possam ter uma pensão regular e estável. Para isso, há necessidade de uma série de investimentos rentáveis e seguros com esses ativos, para que tais poupanças acumuladas se transformam em capitais. Assim, estamos diante de um processo em que:

os assalariados aposentados deixam de ser 'poupadores' e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, partes interessadas das instituições cujo funcionamento repousa na centralização dos rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tantos nos países onde se criaram os sistemas de pensão pró-capitalização quanto naqueles onde se realizam as aplicações e especulações. Os planos de poupança salarial fazem de seus beneficiários indivíduos fragmentados, cuja personalidade social está cindida: de um lado, a de assalariados e, de outro, de membros auxiliares das camadas rentistas da burguesia. (CHESNAIS, 2005, pp. 51-52)

Tal mecanismo implica uma cisão e talvez uma impossibilidade, ainda que histórica, de processos de consciência de classe. Além da própria extração da mais valia que os trabalhadores de determinada companhia sofrem, o mecanismo de fundos de pensão coloca os trabalhadores, ainda que de forma indireta, como partícipes do processo de extração de mais valia em outras companhias, ou mesmo em outros países, mediante a compra de títulos públicos por parte dos administradores do fundo. Assim, a garantia do recebimento das pensões no futuro está diretamente vinculada à rentabilidade dessas operações realizadas com a poupança acumulada, ou seja, implica operações rentáveis. Contudo, tais operações rentáveis só são possíveis com a exploração de outras frações, ou com trabalhadores de outros países ou regiões. Em algum momento, para tornar suas empresas mais competitivas, a demanda burguesa de rebaixamento do preço da força de trabalho pode ter os fundos de pensão - constituídos, em tese, por trabalhadores - como parceiros nessa luta. Se considerarmos que, de alguma forma, a garantia do recebimento da parcela da aposentadoria via fundo de pensão depende da saúde financeira

da companhia onde tais fundos são acionistas, isso implica a transformação dos referidos fundos em parceiros diretos da exploração capitalista em diversas companhias. Como lembra o grande Paulinho da Viola, na canção PECADO CAPITAL, "quando o jeito é se virar cada um trata de si e irmão desconhece irmão"⁷.

Esses fundos de pensão e fundos mútuos se tornaram grandes possuidores de capitais e podem ser considerados principais atores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. Como mostra Sauviat (2005, p. 110), "o aumento do poder desses atores financeiros também transformou a relação de forças entre o capital e o trabalho; seu poder disciplinador, como acionistas, é exercido, de fato, mais sobre os assalariados do que sobre outros dirigentes".

Tais processos têm impacto direto na experiência e nas formas de organização política da classe trabalhadora. Os sindicatos começam a lutar pelo direito ou possibilidade de tomarem parte na administração desses fundos de pensão, como uma espécie de ativismo acionário, nos termos de Sauviat, embora tal engajamento esteja assentado em bases muito ambíguas do ponto de vista de conquista da classe trabalhadora, colocando os trabalhadores como partícipes do processo de exploração de outros trabalhadores⁸.

⁷ O exemplo concreto disso pode ser observado numa notícia veiculada pelo Jornal O GLOBO do dia 02 de abril de 2008, p. 25. A jornalista Flávia Oliveira, em sua coluna diária NEGÓCIOS & CIA, no caderno de economia do referido jornal, trouxe um notícia que encaixa nessa discussão, ainda que apresentada pela jornalista com uma grande naturalidade, e sem maiores desdobramentos. Afirma que o FUNCEF (Fundo de Pensão dos trabalhadores da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) e a PREVI (Fundo de Pensão dos Trabalhadores do Banco do Brasil) obtiveram um ganho na justiça frente a AMBEV- grande empresa do ramo de bebidas- em função de um contrato de 1996 que não estaria sendo respeitado pela empresa na hora de vender suas ações e repassar um determinado valor aos FUNDOS, que são acionistas da companhia. A questão que nos interessa é como já, em 1996, essa lógica de atuação no Brasil dos Fundos de Pensão se fazia presente. Os referidos fundos estão na eminência de receber uma considerável quantia de recursos. Tanto os trabalhadores da AMBEV quanto os consumidores dos produtos dessa empresa, como este pesquisador, têm sérios motivos para se preocupar: aqueles pela intensificação da exploração e este pesquisador pelo aumento do preço da cerveja. A conferir.

⁸ "Reclamam seus direitos de assalariados, que se exprimem de fato por direitos de proprietários (utilizam, a esse respeito, o termo working capital), e buscam aplicar estratégias de ativismo como

Essa nova configuração torna-se uma máquina de disciplinamento dos trabalhadores, mediante a necessidade de obtenção de maximização do valor acionário para responder às exigências dos mercados e à intensificação da concorrência. Assim, programas de redução de custos na produção - eufemismo para demissões de pessoal e reorganização da dinâmica de funcionamento com menos pessoas dando conta das mesmas tarefas anteriores, bem como redução ou congelamento salarial, mesmo com aumento da produtividade do trabalho - são recorrentes. A transformação para a condição de acionista, ainda que na figura do fundo de pensão, coloca os trabalhadores na linha de frente desse processo, partícipes da exploração pessoal ou de outrem. Como mostra Francisco de Oliveira (2003), ao ascender à posição de gestor de fundos de pensões, o trabalhador individualmente, ou então o sujeito político coletivo (sindicato), passa a ter como preocupação central a rentabilidade desses fundos, que *pari passu* financiam a reestruturação produtiva intensificadora da exploração da força de trabalho, do próprio trabalhador em questão ou de outra categoria de trabalhadores. Tal autor inclusive menciona, não sem o toque irônico que lhe é peculiar, a constituição de uma nova classe social: a dos trabalhadores extratores de mais valia, com uma experiência de classe trabalhadora cada vez mais longínqua.

A tentativa ou justificativa de alguns sindicatos ou fundos de pensão dos trabalhadores de se associarem apenas a empresas ditas socialmente responsáveis ou éticas configura-se como a demonstração cabal de aceitação dessa lógica por parte das organizações dos trabalhadores, na condição de sócios menores. Essa é uma sujeição dócil à lógica da finança que, em médio prazo, aumenta radicalmente as condições de exploração do trabalho. Como afirma Sauviat (2007), a reconciliação entre finança e moral é a última instância de uma fuga para frente, visto que o chamado “[...] investimento socialmente responsável, que valida à lógica dos mercados financeiros e a reivindicação do controle das empresas sobre a base exclusiva dos direitos de propriedade, ilustra de fato o recuo da regulamentação estatal, da lei, do direito do

acionistas” (SAUVIAT, 2005, 110).

trabalho” (p. 130). Mais à frente, Sauviat é clara e explícita ao definir as condições de mecanismos (pós?) modernos de transformismo de setores das classes dominadas. Segundo a autora (2007, p. 132),

fazer ouvir sua voz como acionista supõe falar a língua da finança, filiar-se à sua forma de pensar. A probabilidade de opor um discurso verdadeiramente alternativo às exigências do desempenho financeiro e de contribuir assim para modificar o comportamento das empresas parece muito reduzida, sobretudo quando essa estratégia se construiu sobre o enfraquecimento sindical quase geral.

Para além dos inegáveis fundamentos materiais, ou seja, dos recursos recebidos efetivamente, tal mecanismo também possui uma dimensão político-ideológica. Para Chesnais (2005, p. 27), “quando o montante de aposentadorias e sua própria materialização dependem da saúde dos mercados e, mais amplamente, de sua existência como instituições sociais, torna-se muito difícil fazer uma crítica radical (...). Tal é armadilha dos fundos de pensão por capitalização e dos sistemas de poupança salarial”.

O sonho do regime de acumulação financeirizado é poder valorizar o capital sem ter que passar pelos inconvenientes e infortúnios da intermediação dos processos de produção. Diretamente a partir de Marx, que só pôde ter contato com um embrião muito pouco desenvolvido desse processo, Chesnais (2002) define que a busca é realizar a operação fantasmagórica de transformar ‘D em D’, ou seja, valorizar o capital excluindo o processo de obtenção e venda de mercadorias geradas no processo de trabalho e tendo a exploração de mais valia como dinâmica. Contudo, é preciso que fique claro que esse valor que o capital quer adicionar ao seu montante já possuído não dá em árvore. É fruto de exploração anterior.

Chesnais (2002) questiona se o regime de dominação das finanças não seria incompatível com a acumulação. Para isso destaca que desde Marx e teóricos do imperialismo, a acumulação aparece em três acepções diferentes. A primeira refere-se “tanto ao aumento dos meios e da capacidade de produção através do investimento quanto à extensão das relações de propriedade

e de produção capitalistas para países ou setores e atividades sociais ainda não submetidos a tais relações”. (Idem, p.7)

Aqui estamos lidando tanto com a expansão interna do sistema capitalista, quanto com uma expansão externa, com a universalização das relações sociais capitalistas a locais e regiões que não praticam tal regime, ou o fazem ainda em estado embrionário. Trata-se, essa segunda acepção, de uma

[...] extensão espacial e/ou social das relações mercantis e de relações de propriedade capitalistas; se expressa através de processos tais como a expropriação de produtores que ainda mantêm uma relação imediata com seus meios de produção, a integração (ou reintegração, no caso dos Estados burocráticos) de países na esfera do mercado ou, finalmente, a incorporação de atividades não mercantis na esfera de valorização capitalista (por exemplo, atividades domésticas ou organizadas como serviços públicos pelo Estado). (CHESNAIS, 2002, p. 7).

Por último, mas não menos importante, ressaltamos que a acumulação também pode vincular-se a conjunturas nas quais, em aparente contradição (mas apenas aparente), não haja novos investimentos, “pela apropriação, punção e centralização em direção a centros de acumulação mais fortes que outros no plano financeiro, organizacional ou institucional, de frações do valor e da mais-valia gerados no âmbito de outras formas de organização social”. (CHESNAIS, 2002, p. 8). Isso é possível em contextos de monopólio, combinado com inovações na estrutura e dinâmica de funcionamento, além, é claro, na transferência de riquezas de um polo a outro, sejam países ou empresas.

A despeito disso, o processo de autonomia das finanças carrega em si uma ambiguidade no mínimo curiosa. Isso leva Chesnais a descrever tal processo como sendo decorrente de uma construção institucional forte, mas também como uma miragem, por lidar com valores acionários que muitas vezes não encontram equivalente em riqueza, ou seja, existem apenas em papel. Como afirma o autor, “apenas um patrimônio que nunca existiu senão virtualmente, por esta instituição muito particular que é o mercado se-

cundário de títulos, pode assim ‘sumir’” (2002, p. 11).

Como precisa Chesnais, essa conotação da riqueza em tópicos plenamente móveis e intangíveis, como são os títulos e ações, assume um caráter fictício, compondo-se de créditos:

[...] ou seja, promessas sobre uma atividade produtiva futura, depois negociados num mercado muito peculiar que determina seu ‘preço’ de acordo com mecanismos e convenções muito especiais [...]. Concedem-se empréstimos e criam-se cadeias de dívidas visando à aquisição de títulos. Caso o valor formal destes despenque, os créditos nas contas dos banqueiros revelam plenamente seu caráter fictício. A própria essência do capital fictício torna sua avaliação difícil e flutuante. Tais indicadores expressam, simultaneamente, o poder econômico particular que resulta do fato de os mercados detem títulos sobre a atividade produtiva e uma simples ‘bolha’, ou seja, uma acumulação de capital puramente fictício. É no momento dos craques nas bolsas e das maiores crises financeiras que esse caráter fictício é desvendado. As conseqüências para a economia real dessa destruição podem ser terríveis, particularmente caso venham a fragilizar a outra grande forma de capital fictício constituída pelos títulos gerados através da criação anterior de créditos bancários industriais e imobiliários de médio e longo prazos. (2002, p. 12).

A especificidade da finança reside em dois processos de aceleração da realização do valor de capitais anteriormente apropriados, assim como a separação disso da produção concreta e consumo concreto de mercadorias. Mas, ainda assim,

para que o valor e a mais-valia possam ser apropriados, estes devem ter sido previamente gerados em escala suficiente. Isso pressupõe que o ciclo do capital possa ter sido encerrado e a produção comercializada. Um dos principais limites da ‘autonomia’ reside justamente nisso. O consumo rentista dos beneficiários de dividendos e juros nunca poderá compensar a parte da demanda efetiva destruída pelo desemprego maciço dos assalariados urbanos ou pela pauperização absoluta imposta a comunidades camponese-

sas que podiam anteriormente garantir sua reprodução e expressar no mercado uma certa demanda solvável. (CHESNAIS, 2002, p.11)

Aqui residem os limites da ordem da finança mundializada. Graças à “autonomia” provida pela liquidez, e enquanto esta lhes parece garantida, Chesnais (2002, p. 28) considera que “... os mercados financeiros constroem um ambiente enclausurado, um mundo em que os fetiches reinam”.

É nesse contexto que o neoliberalismo sob hegemonia da finança consegue promover o aparentemente impossível. Sendo um modelo globalmente desfavorável à acumulação e ao crescimento, impulsiona os lucros retidos pelos acionistas via distribuição de dividendos mediante valorização das ações. Como demonstram Duménil e Lévy (2005, p. 92) tal aparente fantasmagoria se dá por duas razões: “1) o aumento na taxa de juro, (...) incentiva as empresas a diminuir seu endividamento, e a não tomar empréstimos para financiar seus investimentos; 2) o reduzido recurso à emissão de ações (ao contrário, as empresas são induzidas a recomprar as próprias ações para estimular a tendência à alta das cotações)”.

Segundo os referidos autores, nesse novo regime o que “... permanece nas empresas para investir é muito pouco diante dos generosos pagamentos de juros e dividendos aos credores e acionistas” (Idem)⁹. É aqui que reside o caráter parasitário da finança.

Tal processo está assentado em mecanismos econômicos instáveis devido à insaciabilidade da finança¹⁰ e sua gana por valorizar cada

vez mais seu capital. Essa insaciabilidade está fortemente vinculada à demanda pelo capital dos processos de privatizações diretas de empresas e serviços públicos, coluna vertebral das políticas governamentais de sustentação dos mercados financeiros. Não havia - como não há - melhor investimento para capital portador de juros, como bem define Chesnais (2005), uma vez que são empresas com mercados cativos e intermitentes (como água, luz, telefonia), constituindo-se em fontes regulares e seguras de lucros. Ainda mais se tiverem sofrido fortes investimentos por parte dos governos imediatamente antes das privatizações, dispensando seus futuros compradores de investimentos vultosos num curto prazo para renovação das condições de operação.

A impessoalização do sistema da finança mundializada se expressa na figura do proprietário acionista, um detentor institucional de títulos de empresas e obrigações públicas, com forte poder de influência na definição da repartição dos lucros das empresas. Tais mecanismos dos mercados de obrigações permitem aos acionistas jamais conhecerem seus devedores de empréstimos.

Essa impessoalização permite ao capital “monetizado” operar em plano mundial, através da compra de ações, controlando suas possibilidades de rentabilidade através de dividendos a serem obtidos pelas empresas na produção real e transferidos aos acionistas. Como chama atenção Virginia Fontes (2006, p. 210) essa lógica de atuação permite que o trabalho sujo fique¹¹

⁹ “Podemos, então, formular a seguinte tese: apesar do restabelecimento da tendência da taxa de lucros a partir da metade dos anos 1980, a taxa de acumulação do capital não foi restaurada, como um efeito dessa característica do neoliberalismo: ser um sistema direcionado para a remuneração dos credores e acionistas” (DUMENIL e LEVY, 2005, p.92).

¹⁰ Essa insaciabilidade ficou mais explícita no momento da crise financeira observada no início de 2008, capitaneada pelas chamadas crises das HIPOTECAS nos EUA. O título da reportagem de O GLOBO no dia 09 de abril de 2008 (p. 19) é emblemático disso: “US\$ 1 TRILHÃO PELO RALO”. Nessa reportagem aponta-se como as perdas no sistema financeiro global foram dessa magnitude. Contudo, a reportagem não deixa claro se alguém ganhou com essa perda. Já em outra reportagem, começa-se a ter

maior clareza, desde que se faça o trabalho de unificar as duas informações. No dia 23 de março de 2008, na página 31, o mesmo jornal traz a seguinte manchete: “**METADE DO DINHEIRO JÁ FOI**: em intervenções discretas, BC americano jogou no mercado 50% das reservas”. Ou seja, as perdas foram do Banco Central e do Tesouro Americano, cuja origem dos recursos remonta à lógica imperialista da atuação desse país na conjuntura internacional. Tais recursos foram emprestados para bancos e financeiras em dificuldades, com a possibilidade inclusive de calote no BC americano.

¹¹ O diretor de cinema dinamarquês Lars Von Trier, em seu filme “**O Grande Chefe**”, traça um retrato irônico desse processo. Nessa película, uma fábrica no interior de um país é administrada localmente por um “funcionário/representante” do dono, que repassa as ordens e diretrizes a serem tomadas pela fábrica via e-mail, já que ele moraria nos EUA. Inclusive as reivindicações dos trabalhadores são repassadas para o representante, até que a fábrica vai ser vendida para um grupo de outro país e o tal representante - na verdade o proprietário - contrata um ator para representar o grande chefe vindo dos EUA, dando um rosto ao

para os gerentes ou gestores do capital, treinados a (e obrigados a) extrair o máximo de sobre trabalho (mais-valia) no menor tempo possível. No lugar de um capitalista visível e palpável, uma tensão permanente e vigorosa realizada em nome de 'acionistas' abstratos, da eficiência, da eficácia, da rapidez na remuneração do capital, que evolui a cada dia num ritmo mais desenfreado e alucinante.

Como mostra Paulani (2007), a hegemonia da fração financeira da burguesia implica um tremendo arrocho financeiro por várias razões:

[...] primeiro porque a taxa de juros paga pelo Estado aos papéis públicos transforma-se no piso a partir do qual todas as demais taxas (que diferem em função do tipo de operação, prazo e risco) são estabelecidas. Num mundo dominado pelos credores, não faz sentido permitir que o Estado, por conta de problemas no manejo da demanda agregada, opere taxas reais de juros muito reduzidas. Ao mesmo tempo, taxas de juros mais elevadas implicam crescimento das despesas do Estado com serviço da dívida e é preciso que sobre espaço em outras despesas (gastos sociais, investimentos em infra-estrutura) para que esse aumento de despesas possa ser enfrentado. A segunda razão é que taxas de inflação mais elevadas são sempre "pró-devedor", e como cabe ao Estado controlar a oferta de moeda é preciso que ele não seja estrangulado a aumentá-la indevidamente para fazer em face de gastos descontrolados. A terceira razão é que os papéis públicos são ativos financeiros por excelência. A garantia do controle dos gastos públicos, da taxa de inflação reduzida e do juro real elevado é ao mesmo tempo a garantia da remuneração real desse 'capital fictício', como o chama Marx. (p. 78)

As possibilidades de regulação e controle desse capital têm sido diminuídas ao longo dos últimos 30 anos. Essa liberdade de que dispõe o capital portador de juros na busca de valori-

zação rápida é fonte constante de instabilidade do próprio sistema financeiro. Contudo, isso não deve levar a teorias catastrofistas do sistema capitalista. As graves crises financeiras enfrentadas no bojo do sistema financeirizado não indicam que esse sistema estaria à beira de um colapso ou coisa parecida. A despeito do enorme vulto de recursos despendidos em cada crise financeira mundial - sendo a mais recente a crise das hipotecas nos EUA, em 2008 - isso não implica uma mudança substancial na própria condução do sistema financeirizado, sobretudo se considerarmos que grande parte da conta fica com os Bancos Centrais e tesouros nacionais dos vários países, ou seja, com recursos do Fundo Público, ainda que alguns especuladores possam ter perdas nesse processo.

Sínteses provisórias

Apesar da clarificação do potencial regressivo que representa o regime de acumulação financeira, sempre fica a pergunta dos porquês da adesão dos governos de muitos países a tal processo. Longe de tirar as responsabilidades e o caráter de opção pelo projeto, é preciso apontar o tom processual em que esse regime foi sendo implantado, tendo a trindade de ações no campo estritamente financeiro como uma espécie de pecados originais desse regime de acumulação. As já amplamente comentadas "políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização no triplo campo de capitais financeiros, dos IDE e das trocas de mercadorias e de serviços" desempenharam um papel institucional fundador para a nova fase da mundialização (CHESNAIS, 2002, p. 37). Assim, as margens posteriores de liberdade eram bem restritas. Mas que fique claro: tais processos anteriormente descritos não tiveram procedência divina; foram frutos de opções políticas concretas dos blocos no poder nas mais variadas formações sociais.

As crises na ordem burguesa são frutos de movimentos inerentes a sua lógica. A sociedade capitalista vive em crises com pequenos ciclos de prosperidade coletiva.

A moderna sociedade burguesa, com suas relações de produção, de troca e de proprie-

maléfico padrão. Não preciso alertar toda sorte de confusões que tal processo traz no âmbito daquela fábrica. O anonimato representado por aquele grande chefe - figura atual do capitalista acionista sem rosto - permitia que o verdadeiro dono tomasse todas as medidas impopulares, visando a taxas de lucro cada vez mais intensas e, até mesmo, à venda daquela unidade produtiva. Um belo filme.

dade, sociedade que conjurou gigantescos meios de produção e troca, assemelha-se ao feiticeiro que perdeu o controle dos poderes infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio é, simplesmente, a história da revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta lembrar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a sociedade burguesa. Nessas crises destrói-se uma grande parte dos produtos existentes e das forças produtivas desenvolvidas. (MARX e ENGELS, 2000, p. 17)

Depois Marx e Engels perguntam e respondem como a burguesia enfrenta as crises geradas pelas próprias relações sociais capitalistas. O exemplo da guerra constante, ou nos termos de George W. Bush, guerra preventiva, são contundentes. Assim, a pergunta “Como a burguesia vence essas crises?”, feita por Marx e Engels (2000, p. 17), é por eles mesmos respondida: “De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las”.

O aspecto central da compreensão do processo de financeirização do capitalismo na atualidade é sua função no aprofundamento da dominação burguesa e aumento da exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora. A lógica de valorização fugaz do capital mediante a “dança” pelo sistema financeiro mundial, onde busca investimentos rápidos, seguros e rentáveis, implica a intensificação da exploração sobre os trabalhadores. Assim, faz-se necessária a compreensão de que a hegemonia da finança nos anos de neoliberalismo conjuga-se com a conjuntura em que há a hegemonia de um país no seio da coalização imperialista, no caso dos EUA.

Ao largo desse processo, também se conjugam um novo tipo de incentivo à participação política amplamente funcional e a manutenção da dominação burguesa. As atuais estratégias de subalternização e contenção da reivindicação

contam com apoio direto de setores da esquerda. Ainda que com diferenças em relação às estratégias da social democracia clássica, a nova esquerda, além continuar produzindo um consenso subalternizador dos trabalhadores ao projeto do capital, desempenha também a função de contenção das lutas populares no plano interno, seja diretamente - via forças de ordem pública (política, justiça etc.) - seja via busca de cooptação com benesses a setores pontuais da classe trabalhadora. Como mostra Fontes (2006), a nova social democracia, ou nova esquerda - em alguns casos sem a vinculação direta com os sindicatos e outros setores populares, embora em outros casos tais vínculos permaneçam, como no caso brasileiro do PT/CUT/Força Sindical/UNE/setores do movimento negro - torna-se o braço esquerdo do capital, vinculando-se inclusive na consecução do imperialismo. Tal vinculação se estabelece, sobretudo, com relação à filantropia, ainda que batizada agora de responsabilidade social empresarial e transcendendo em muito a mera tarefa assistencial. A tarefa principal é a formação de novo homem coletivo, afinado não mais com qualquer engajamento antissistêmico, mas com a profusão de pequenas melhorias em seu entorno. Assim:

A filantropia imperialista se inspira e se apóia em organizações religiosas, mas não só. Ela tem ainda outro papel: deve impedir que se autonomizem formas de organização desses trabalhadores, atuando de maneira extremamente seletiva, exatamente ali onde estas possam vir a emergir. Ali onde não conseguem atuar as entidades religiosas, implantam-se formas mais ou menos laicizadas do mesmo teor. Não têm nenhum problema em utilizar expressões mais ou menos genéricas, características dos movimentos de organização dos trabalhadores para exercer sua atividade: solidariedade, voluntariado, ação social, transformação. Tudo passa pelo liquidificador, ou pelo estômago de avestruz dessa esquerda-para-o-capital, sem maiores temores. É preciso reconhecer que tal estratégia está coberta de razão: a melhor forma de impedir que a classe se organize, é organizá-la a partir da dominação. (FONTES, 2006b, p. 216)

Nesse sentido, a despeito das significativas perdas para o conjunto da classe trabalhado-

ra, mediante um fenômeno que alguns analistas têm chamado de um novo populismo regressivo, o projeto neoliberal tem sido hábil em obter um “apoio inorgânico e difuso em segmentos pauperizados e desorganizados das classes trabalhadoras – tendo por base a revolta desses setores contra o caráter historicamente excludente dos direitos sociais, os péssimos serviços públicos, o clientelismo, o nepotismo e o fisiologismo”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 202)

Pode-se dizer que o projeto neoliberal foi bem sucedido nas metas que se propôs a alcançar, além de propiciar a recomposição das taxas de lucro para os setores majoritários do capital. Essa recomposição aconteceu por meio de aquisições de companhias públicas de países periféricos, via políticas de privatizações, ou por meio do deslocamento de suas unidades produtivas para países com força de trabalho qualificada e barata, comparando com os países centrais. Ou, então, atuando também no ramo das finanças. Não obstante os objetivos políticos de recomposição da correlação de forças entre as classes sociais estarem diluindo e adequando aos interesses burgueses o potencial organizativo de partidos, sindicatos e movimentos sociais anteriormente vinculados a um projeto histórico mais favorável ao conjunto dos trabalhadores, sem dúvida foram alcançados.

A recomposição organizativa de um projeto antagônico à dominação burguesa enfrenta grandes dificuldades. Talvez essa quadra histórica se caracterize pela regressão das posições conquistadas pelo conjunto da classe trabalhadora anteriormente, com o aprofundamento da dominação burguesa. A sorte é que esse jogo ainda não terminou.

Referências

BOITO JUNIOR, Armando. Estado e Burguesia no capitalismo Neoliberal. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, nº 28, pp. 57-73, Jun. 2007.

CHESNAIS, François (Org.). **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo. 2005.

_____. O capital portador de juros. Acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos.

_____. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo. 2005. pp. 35-68.

_____. A Teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.11 n.1 (18). p. 1 - 44, Jan-jun. 2002.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DUMENIL, Gerarde LEVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.(1). p. 1-19, abr. 2007.

_____. O neoliberalismo sob a hegemonia norte americana. In: CHESNAIS, François (Org.) **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 85-108.

FILGUEIRAS Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo. (Org.) **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. p. 179 -206.

FONTES, Virginia. Lênin, O Imperialismo e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro. Mimeo (2008).

_____. Imperialismo e classes sociais e conjuntura: capitalismo autônomo? In: Programa de Pós Graduação em História - UNIOESTE. (Org.). **História, Poder e Práticas Sociais**. Marechal Candido Rondon: Editora Unioeste, 2006, v. __ p. 209-226.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **A crítica razão dualista/ Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PASSOS, José Meireles. Bancos americanos podem perder até US\$ 1 tri. **Jornal O Globo**, 16-07-2008, p. 26.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e Estado de emergência e econômico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: Chesnais, François (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 109 -132.

Willianson, John. Depois do Consenso de Washington: uma agenda para a reforma econômica na América Latina. 2003. Disponível em <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>.

Acesso em 20 de outubro de 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **EL império Del capital**.
Madrid: EL viejo Topo, 2004a.